



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
DIVISÃO DE BIBLIOTECA

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

JANEIRO

2009

O Início da Vida	17
José de Oliveira Ascensão <i>Professor da Universidade de Lisboa. Conferencista da EMERJ e da AMAERJ.</i>	
Vinte Anos da Constituição de 1988: Qual Constituição?	38
Nagib Slaibi Filho <i>Desembargador do TJ/RJ. Professor da EMERJ e da UNIVERSO.</i>	
Pena Privativa de Liberdade (Passado, Presente e Futuro)	42
Alvaro Mayrink da Costa	
A Adesão Informada	68
José Carlos Maldonado de Carvalho	
A Sentença Parcial	75
Luiz Roberto Ayoub	
Fato Típico com ou sem Pena e Jurisdição Voluntária Penal	97
Juarez Costa de Andrade	
A Insubsistência do Art. 366 do CPP diante da Lei 11.719/2008	112
Spencer dos Santos Ferreira Junior	
A Superveniência de Doença Mental no Condenado pela Prática de Crime, uma Necessária e Urgente Mudança a que Deve se Submeter o Código Penal	118
Cezar Augusto Rodrigues Costa	
Responsabilidade Extracontratual - Algumas Considerações sobre a Participação da Vítima na Quantificação da Indenização	124
Alessandra Cristina Tufvesson Peixoto	
O Artigo 475-J do CPC: Direito ao Julgamento em Prazo Razoável	140
André Felipe Alves da Costa Tredinnick	
Considerações Acerca da Obrigatoriedade da Aposição do Visto de Advogado em Atos Constitutivos de Sociedades Empresárias	147
Afrânio Carlos Moreira Thomaz	
Análise Paradigmática do Direito das Obrigações: Boa-fé, Deveres Laterais e Violações Positivas do Contrato	214
Raphael Manhães Martins	

P1 REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 97 • volume 876 • outubro 2008 • p. 1-800

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

- Função social do direito contratual no Código Civil brasileiro: justiça distributiva vs. eficiência econômica – LUCIANO BENETTI TIMM 11

Segunda Seção

- Responsabilidade civil do Estado: reflexões a partir do *direito fundamental à boa Administração Pública* – GUSTAVO JUSTINO DE OLIVEIRA 44

Terceira Seção

- Aspectos de direito internacional privado relativos às dívidas de jogo contraídas no estrangeiro: lei aplicável às obrigações e contornos da ordem pública – FABRÍCIO BERTINI PASQUOT POLIDO 52

PARECER CIVIL

- A reserva de vagas em concursos públicos para as pessoas portadoras de deficiência – RAQUEL MELO URBANO DE CARVALHO 91

SUMÁRIO 5

FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

DOCTRINA PENAL

Primeira Seção

- Erros de atividade e de julgamento, na aplicação da pena, e suas conseqüências – MÁRIO HELTON JORGE 437

Segunda Seção

- Poder investigatório do Ministério Público – ROGÉRIO FILIPPETTO 465

Terceira Seção

- Embriaguez zero ao volante, infração de trânsito e penalidades administrativas: comentários aos arts. 165, 276 e 277 do CTB – JOÃO JOSÉ LEAL E RODRIGO JOSÉ LEAL 486

Sumário

Apresentação Ricardo de Oliveira Paes Barreto.....	6
Primeiras reflexões sobre a incidência da súmula vinculante n. 05 do STF no processo disciplinar contra magistrado Alexandre Freire Pimentel.....	9
O controle de constitucionalidade no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco: propostas para alteração do Regimento Interno André Vicente Pires Rosa.....	46
Atos e procedimentos administrativos (princípio da eficiência) Carlos Damiano Pessoa Costa Lessa.....	67
Das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais Carlos Frederico Gonçalves Moraes.....	84
Breves notas sobre o abuso de direito, perpetrado na forma de <i>suppressio</i>, e suas conseqüências processuais Frederico Ricardo de Almeida Neves.....	103
Da jurisdição de família como instrumento de efetividade da função social do direito Jones Figueirêdo Alves.....	110
Os livros da secretaria judicial: uma breve abordagem prática José André Machado Barbosa Pinto.....	124
As reformas processuais e as hipóteses de execução de alimentos Ricardo de Oliveira Paes Barreto.....	150
Direito da personalidade à intimidade Silvio Romero Beltrão.....	169

APRESENTAÇÃO

- 07 Fabrício Dreyer de Ávila Pozzebon
(Diretor da Faculdade de Direito da PUCRS)

EDITORIAL

- 09 A Construção de uma Escola de Ciências Penais no Rio Grande do Sul
(60 Anos da Faculdade de Direito da PUCRS e 10 Anos do
Instituto Interdisciplinar de Estudos Criminais)
(Alexandre Wunderlich, Fabio Roberto D'Avila e Felipe Moreira de Oliveira)

DOCTRINA NACIONAL

- 19 Por Que a Criminologia (e Qual Criminologia) é Importante no
Ensino Jurídico?
(Vera Regina Pereira de Andrade)
- 25 Doutrinas Funcionalistas em Direito Penal (Racionalidade Final ou
Racionalidade Axiológica? Alguns Apontamentos Sobre a Função do
Conceito de *Bem Jurídico* no Direito Penal Contemporâneo)
(Guilherme Gouvêa de Figueiredo)
- 55 O Caso Pierre Rivière Revisitado Por uma Criminologia da Alteridade
(Moysés da F. Pinto Neto)

ANAIS DAS JORNADAS DE ESTUDOS CRIMINOLÓGICOS 2007
(MESTRADO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS PUCRS) 3ª PARTE*Direitos Humanos e Bioética*

- 71 Sobre Monstros, Tortura e Direitos Humanos
(César Augusto Baldi)
- 91 Movimentos Sociais, Multiculturalismo e Controle Social Punitivo: O
Caso da Justiça Indígena Boliviana
(Dani Rudnicki)
- 105 Bioética: Origens e Complexidade
(Luci Roberto Caldim)

Direito Penal e Criminalidade Contemporânea

- 121 O Médico e o Crime de Violação de Segredo Profissional: Breve
Análise Doutrinária e Jurisprudencial do Art. 154 do Código Penal
(Paulo Vinicius Sporleder de Souza, Luciana Tramontin Bonho e João Alves
Teixeira Neto)
- 137 A Criminalidade Econômica e a Política Criminal: Desafios da
Contemporaneidade
(Ney Fayet Júnior)

TRABALHOS ACADÊMICOS

- 159 O Processo de Formação e Elaboração das Decisões Pelos Jurados
no Tribunal do Júri
(Izabel Säenger Nuñez)
- 171 Possibilidades do Trágico na Justiça Restaurativa
(Raffaella da Porciuncula Pallamolla)

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO

RBDP P251

ano 6 | n. 22 | p. 1-248 | jul./set. 2008

Como regular agências reguladoras?	
Tercio Sampaio Ferraz Junior	7
1 Limites constitucionais à delegação de poderes	11
2 O princípio da eficiência e o controle do poder regulador	16
3 Os limites impostos pela eficiência ao poder normativo e regulador das agências	18
Conclusão	22
As culturas liberal e democrática de proteção dos direitos individuais no constitucionalismo clássico: uma breve análise dos modelos britânico, francês e norte-americano	
Rodrigo Brandão	25
1 "Notas introdutórias"	25
2 A Constituição mista medieval e a Constituição dos modernos	26
3 "Constitucionalismo sem democracia": Raízes teóricas e históricas do constitucionalismo: a tradição de limitação do poder político na obra de John Locke e na experiência político-institucional inglesa	31
4 "Democracia sem constitucionalismo": os riscos da incorporação da Constituição pela soberania, analisados a partir da perspectiva do Estado de Direito legalista do século XIX	43
5 Constitucionalismo e democracia reconciliados: bases teóricas e construção do modelo norte-americano de Supremacia da Constituição e de controle de constitucionalidade	57
6 Conclusão	67
Federalismo em crise: aspectos constitucionais dos contratos de empréstimo entre entes federativos	
Alexandre Santos de Aragão	75
Introdução: a federação na Constituição de 1988 e os antecedentes da crise de financiamento dos entes federativos	75
1 A auto-execução das dívidas pecuniárias do Estado fere o devido processo legal	77
2 A necessária ponderação dos princípios em conflito	82
Conclusão	88
Constituição, FUNDEB e financiamento público educacional	
Magno Federici Gomes	89
Manoel Jorge e Silva Neto	109
1 Proposta do artigo	109
2 Conteúdo e importância do devido processo legislativo	110
3 Devido processo legislativo, prevalência dos direitos humanos e tramitação legislativa dos tratados	112
4 Conclusão	115
Referências	116
O sistema de registro de preços para contratação de serviços e obras	
José Anacleto Abduch Santos	117
1 Introdução	117
2 O sistema de registro de preços	118
3 O sistema de registro de preços à luz dos princípios que regem a Administração Pública	119
4 O sistema de registro de preços para contratação de serviços e obras – a constitucionalidade de regulamentações ou de disposições legislativas estaduais	122
5 Critério positivo para aferição da possibilidade de utilização do sistema de registro de preços: características do objeto e da demanda administrativa	125
6 Critério negativo para aferição da possibilidade de utilização do sistema de registro de preços: a adoção do sistema não pode violar princípio que rege a Administração Pública	126
7 Conclusão	127
Referências	128
Possibilidades de transferência a terceiro de contrato público. Limites da sub-rogação e subcontratação. A hipótese do pagamento direto da Administração às empresas subcontratadas	
Carlos Pinto Coelho Motta, Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	131
1 Preâmbulo	131
2 O compartilhamento da execução do contrato público por terceiro	132
3 Subcontratação e sub-rogação	136
4 Permissivo legal, estrutura jurídica e condicionantes da legalidade do pagamento direto à subcontratada	139
5 Posicionamento do Tribunal de Contas da União quanto à matéria	149

SUMÁRIO

Revista CEJ, Ano XII, n. 42, jul./set. 2008

P89

- DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL 4** A POSSIBILIDADE DE RECURSO COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL (CONSTITUCIONAL)
The possibility of appealing as a due process constitutional guarantee
Flávio Quinaud Pedron
- DIREITO PENAL 11** DESCRIMINALIZAÇÃO DO DELITO DE POSSE DE ARMAS NO BRASIL
Decriminalization of firearm possession offense in Brazil
Douglas Morgan Fullin Saldanha
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL 19** CUMPRIMENTO DA SENTENÇA: quando se inicia o prazo de quinze dias estabelecido no art. 475-j do CPC?
Execution of judgement: when does the 15-day deadline set forth in CPC article 475-j start running?
Delbert J. Nickerson Filho
- 23** OS ARTIGOS 518 E 285-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A SUPERAÇÃO DA MOROSIDADE
Civil Procedural Code articles 518 and 285-a for overcoming judicial sluggishness
Augusto Martinez Perez e Luciana Campanelli Romeu
- DIREITO CONSTITUCIONAL 40** DIREITO À PRESTAÇÃO DO ESTADO EM ATENÇÃO À SAÚDE
The right to public health services
Marcelo De Nardi
- DIREITO MILITAR 48** DA CONVOCAÇÃO POSTERIOR PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR
Belated military draft
Reis Friede
- DIREITO DO CONSUMIDOR 59** PERSPECTIVAS PARA A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE CONSUMO
Perspectives on Brazilian consumer protection within international consumers relations
Eduardo Antônio Klausner
- DIREITOS HUMANOS 77** O REGIME JURÍDICO DA ANISTIA POLÍTICA NO BRASIL
The legal system of political amnesty in Brazil
Roberto Luis Luchi Demo
- ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA 83** EL PROCESO FORMATIVO EN LA GESTIÓN POR COMPETENCIAS PARA JUECES: La Escuela Judicial de España
The judge's competency management training process: Spanish Law School
Andreu Estela Barnet
- DISCURSO JURÍDICO 91** A PRODUÇÃO DISCURSIVA DE UM NOVO PARADIGMA SEXUAL: a transexualidade
Discursive production of a new sexual paradigm: transsexuality
Simone Martins
- INDICAÇÕES LITERÁRIAS 98** A PUBLICIDADE OPRESSIVA DE JULGAMENTOS CRIMINAIS
Por Luis Roberto Barroso
- COMENTÁRIOS À LEI DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS
Por Andréa Cunha Esmeralda

**AMAJME**

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMAJME

CNPJ: 65.137.044/0001-03

Declarada de Utilidade Pública Federal

Decreto de 9 de Julho de 1997

(D.O.U nº 130,10/07/97)

Presidente: Marilza Lúcia Fortes (MS)

Vice-Presidentes Regionais:

Centro-Oeste, Lúcia Peruffo (MT)

Nordeste, Ricardo Vital de Almeida (PB)

Norte, José Roberto Pinheiro

Maia Bezerra Júnior (PA)

Sudeste, Fernando Pereira (SP)

Sul, Francisco José de Moura Muller (RS).

Secretário Executivo – Zildo Luiz de Souza

Sede atual:

Av. Osmar Cunha, 183 Ed. Ceisa Center,

Sala 1109, Centro, Florianópolis/SC,

CEP 88015-100 - Telefone (0XX 48 3224.3488

e Fax 3224.3491)

www.amajme-sc.com.br

amajme@amajme-sc.com.br e amajme@uol.com.br

PERIODICIDADE

Bimestral

PROJETO GRÁFICO

Consenso Editora

DISTRIBUIÇÃO

Magistrados Estaduais e Federais, Militares

Estaduais e Federais, Membros do Ministério

Público, Advogados, Órgãos Públicos,

Entidades de Classe, Faculdades de Direito

e Meios de Comunicação.

CAPA

Tela mista: 40x80cm

Título: Themis XI

Autora: *Hirna Martendal*

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. É permitida a reprodução desde que citada a fonte.

NESTA EDIÇÃO**ENTREVISTA**

Nossa entrevistada é o Exma Sra. Dra. **Claúdia Márcia Ramalho Moreira Luz**, Procuradora-Geral do Ministério Público Militar da União **3**

IMPROPRIEDADES DO DECRETO Nº 5.144, DE 16/07/2004 - TIRO DE ABATE

João Batista Fagundes **6**

LEIS PENAIS ESPECIAIS E SUA APLICAÇÃO NA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL (SEGUNDA PARTE)

Octavio Augusto Simon de Souza **10**

JURISDIÇÕES MILITARES EM FACE DAS EXIGÊNCIAS DO DIREITO INTERNACIONAL

Kathia Martin Chenut **15**

JUÍZO HIERÁRQUICO. INEXISTÊNCIA. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. HC 42.162

Celio Lobão **23**

HABEAS CORPUS E PUNIÇÕES DISCIPLINARES MILITARES

Ricardo Vergueiro Figueiredo **27**

DA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA ANTES DO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. RECURSO INOMINADO OU HABEAS CORPUS?

Cid Sabelli **32**

A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA GARANTIA DA ORDEM INTERNA

Emerson Garcia **36**



1410
com-justiça
04.01.2008

Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 26/12/2008 – EXPEDIÇÃO: 28/12/2008 – ANO 28 – 2008 – PÁGINAS: 832/817 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 52

Sumário

P40

PROCESSO CIVIL.....127269 – 127256	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.....127231 – 127220
CIVIL E COMERCIAL.....127255 – 127241	CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO.....127219 – 127213
PENAL E PROCESSO.....127240 – 127232	TRIBUTÁRIO.....127212 – 127204

TEMAS EM DESTAQUE

STJ

- ♦ A sociedade de advogados pode requerer a expedição de alvará de levantamento dos honorários advocatícios, ainda que o instrumento de procuração, outorgado aos seus integrantes, não a mencione. (Em. 127260)
- ♦ É possível a utilização, pelos condôminos, em caráter exclusivo, de parte de área comum quando autorizados por assembléia-geral. (Em. 127254)
- ♦ O atraso indevido no pagamento da indenização securitária consiste em ato ilícito, que impõe reparação própria e de natureza extracontratual. (Em. 127244)

TRF-2ª R.

- ♦ O privilégio de não sujeição do crédito tributário a concurso universal impede a exclusão da multa da CDA, já que é possível o prosseguimento da execução fiscal em face dos co-responsáveis. (Em. 127209)

TRF-5ª R.

- ♦ Descabe a condenação do exeqüente na verba honorária pela equivocada penhora de bem de terceiro, quando os embargantes concorreram para sua realização. (Em. 127263)

- ♦ Apesar de existir a via extrajudicial, através do protesto cartorário, a lei processual não obsta o uso da cautelar de protesto judicial. (Em. 127258)

TJ-RJ

- ♦ Possível o cancelamento das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade quando houver justa causa, sejam elas instituídas por testamento ou doação. (Em. 127253)
- ♦ O fato de fazer parte da sociedade dentro do termo legal da falência fixado na sentença é o suficiente para inclusão do sócio, independentemente do percentual de sua participação social. (Em. 127252)
- ♦ Enquanto não averbada no órgão próprio a alteração do quadro social, o sócio retirante continua a ostentar tal condição, mormente em relação a terceiros. (Em. 127241)

TJ-SC

- ♦ O fato de os danos serem provenientes de falhas construtivas não isenta a seguradora do dever de indenizar. (Em. 127243)

TJ-SP

- ♦ Por estar em trâmite ação de indignidade, o indeferimento da expedição de alvará objetivando o levantamento de verbas pertencentes ao *de cujus*, é totalmente cabível. (Em. 127251)

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Um exame da desigualdade da tributação em face dos princípios da ordem econômica <i>André Elali</i>	11
2. O direito quântico e a tributação no Brasil: o direito quântico e suas conseqüências na tributação brasileira <i>Antonio Carlos Del Nero</i>	30
3. Renúncia à prescrição e restituição de pagamento de crédito tributário prescrito: efeitos da Súmula Vinculante 8 do STF <i>Artur César de Souza</i>	36
4. Formação da relação jurídica previdenciária de custeio <i>Cristiane Miziara Mussi</i>	49
5. <i>Periculum in mora</i> no direito processual tributário <i>Ernani Contipelli</i>	66
6. Elisão fiscal e teoria do direito <i>Leonel Cesarino Pessôa</i>	74
7. Considerações gerais sobre a norma de isenção <i>Luciano de Almeida Pereira</i>	85
8. A constitucionalidade das normas da LC 118/2005 e o atual posicionamento do STJ <i>Marcus Abraham</i>	108
9. A repartição de competência tributária como mecanismo de equilíbrio federativo: o problema brasileiro <i>Omara Oliveira de Gusmão</i>	124
10. Tributação da importação de serviços <i>Silvia Mechelany Veloso</i>	147
11. Hipóteses de incidência, regra-matriz de incidência, base e materialidade <i>Sylvio César Afonso</i>	169
12. Conversão da pena de perdimento em multa e o princípio da eficiência <i>Tiago Severini</i>	177

Revista
P28
de Doutrina e
Jurisprudência

Tribunal de Justiça
do Distrito Federal
e dos Territórios

87
Maio/Ago.
2008

DOCTRINA

Considerações sobre os direitos da personalidade e a liberdade de informar <i>Luis Martius Holanda Bezerra Junior</i>	13
--	----

O sigilo das votações e não dos votos (artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "B", da Constituição Federal) e o novo procedimento do júri (Lei Nº 11.689/08 - artigo 483 do Código de Processo Penal) <i>Luis Carlos de Miranda</i>	25
---	----

**REVISTA DA
FACULDADE DE DIREITO
MILTON CAMPOS**

Volume 13

P75

ADRIANO AUGUSTO PEREIRA DE CASTRO O valor da informação e o processo de capitalização da companhia aberta	23	EDEN MATTAR Breves considerações sobre a dissolução parcial de sociedades limitadas no código civil de 2002	115
ANALUCIA COUTINHO MALTA Poder do acionista controlador e a transformação na sociedade anônima	37	EDUARDO SILVA BITTI Desistência e renúncia ao pedido de recuperação judicial	125
ANDRÉ RENNÓ LIMA GUIMARÃES DE ANDRADE A independência das garantias internacionais sob demanda	47	FABIO GUIMARÃES BENSOUSSAN As golden shares – breves considerações	135
BERNARDO PRADO DA CAMARA O reconhecimento e a execução de cláusulas compromissórias e de laudos arbitrais estrangeiros no brasil	61	FABÍOLA MOREIRA GONTIJO A concessão de patentes de produtos farmacêuticos no direito brasileiro	149
CRISTIANO RENNÓ SOMMER A lesão no código civil brasileiro e o equilíbrio subjetivo das partes	75	FABRÍCIO DE SOUZA OLIVEIRA Anotações sobre a função social da “empresa”	161
DANIEL ALMEIDA RODRIGUES Por uma empresa mais bem compreendida	87	FERNANDA UCHÔA COSTA CAMBRAIA A defesa da concorrência no setor bancário	175
DANIEL SECCHES SILVA LEITE O novo código civil, o contrato social da sociedade limitada e o ato jurídico perfeito	103	HENRIQUE VILAÇA BELO Rompimento do vínculo societário na sociedade limitada	189
		JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA Considerações atuais sobre a coisa julgada material	203
		MARCELO CALONGE Acordo de cotistas em sociedade limitada	209
		MARCELO MORAES TAVARES Reflexões sobre peculiaridades e aspectos polêmicos das sociedades simples	223
		MARCO AURELIO FERENZINI Os embargos do terceiro-credor – uma nova via no processo falimentar?	233

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO MILTON CAMPOS

Volume 12

P75

ALEXANDRE BUENO CATEB Ação anulatória de ato judicial e ação rescisória	23
LUIZ FERNANDO DA SILVEIRA GOMES A Execução de Sentença, desde a “actio iudicati” romana, até a nova sistemática de seu cumprimento, na reforma do Código de Processo Civil de 22 de dezembro de 2005	41
JASON SOARES DE ALBERGARIA NETO Estudo histórico de parte no processo	53
NANCI DE MELO E SILVA A capacidade civil e o direito do trabalho a importância da pro- va médico-pericial	89
JOSÉ BARCELOS DE SOUZA Um símbolo de tribunal do júri	103
CARLOS ALBERTO ROHRMANN Reflexão sobre as empresas de telecomunicação e o paradigma econômico	109
FÁBIO BELO Direito, Literatura e Interpretação A controvérsia entre Ronald Dworkin e Stanley Fish	135
DAN MARKUS KRAFT Legal Aspects of Financial Services Global Liberalisation	145
CARINNA GONÇALVES SIMPLÍCIO HILDEBRANDO PONTES NETO PATRÍCIA DUARTE COSTA MENTA CARLOS ALBERTO ROHRMANN Obras derivadas sob a ótica da Licença Pública Creative Commons – CCPL	165
KELLE GRACE MENDES CALDEIRA E CASTRO MARIZA ALVES RIBEIRO VALÉRIA DUARTE COSTA CYNTHIA BELÉM A informação em obra literária como objeto da relação de con- sumo	195

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO MILTON CAMPOS

Volume 10

P75

- MARCOS VINÍCIO CHEIN FERES
MARCO ANTÔNIO SOUSA ALVES
Para uma ciência e um direito pós-modernos 17
- RICARDO ADRIANO MASSARA BRASILEIRO
Investigações em torno da actio romana e da ação moderna:
sobre a polêmica Windscheid x Muther 57
- THIAGO LOPES DECAT
A concepção da verdade no pragmatismo clássico e sua relação
com o neopragmatismo de Richard Rorty 81
- SYLVIA MERCADO KIERKEGAARD
Thumbs up for deeplinking? 125
- ALAN RAGUENEAU
Copyright licensing and conflict of laws on the internet 161
- FABIANO FERREIRA FURLAN
Vícios redibitórios 177
- ANGELA MARIA ALBUQUERQUE DE PAULA RICARDO
O papel dos conselhos na administração pública:
democratização da gestão, fiscalização e responsabilização 225
- FABIANA DUARTE QUITTE
O empregado celetista portador de deficiência visual:
uma investigação jurídica a partir do direito do trabalho 245
- TEREZA CRISTINA MONTEIRO MAFRA
MÔNICA SILVEIRA VIEIRA
MÔNICA ARAGÃO MARTINIANO FERREIRA E COSTA
MARCELO DE OLIVEIRA MILAGRES
Lei de introdução à luz do código civil brasileiro de 2002 273

Jornada ESMESC: sua contribuição

CONFLITOS E COMPLEMENTARIDADE ENTRE DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA Dimitri Dimoulis	17
DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITO PENAL: BREVES NOTAS A RESPEITO DOS LIMITES E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DAS CATEGORIAS DA PROIBIÇÃO DE EXCESSO E DE INSUFICIÊNCIA EM MATÉRIA CRIMINAL: A NECESSÁRIA E PERMANENTE BUSCA DA SUPERAÇÃO DOS “FUNDAMENTALISMOS” HERMENÊUTICOS Ingo Wolfgang Sarlet	37
O CÓDIGO CIVIL DA ALEMANHA (BGB) E A LEI FUNDAMENTAL Jörg Neuner	75
CINCO TESES SOBRE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO CONCEITO JURÍDICO Krystian Complak	107
ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO DE CIDADANIA COERENTE COM A REALIDADE BRASILEIRA Quitéria Tamanini Vieira Péres	121

Artigos

A PRESCRIÇÃO PENAL ANTECIPADA COMO CAUSA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO Juliano Serpa	141
A TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO: FERRAMENTA APLICADA À ANÁLISE DA PROGRESSÃO DE REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA-SEGUNDO A LEI N. 8072/90 – LEI DOS CRIMES HEDIONDOS Júlio César Ferreira de Melo Davi do Espírito Santo Marilene do Espírito Santo	171
A APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO PENAL DESDE A SÚMULA 338 DO STJ NAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS Mauro Ferrandín	193
SISTEMA GARANTISTA E DIREITO PENAL JUVENIL: UMA PROPOSIÇÃO NECESSÁRIA	



P39
Compl. cont.
09.01.09

Adv



ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 26/12/2008 – EXPEDIÇÃO: 28/12/2008 – ANO 28 – 2008 – PÁGINAS: 884/871 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 52

Sumário

P39

ATOS DO EXECUTIVO

- Inútil e comutação de penas.....883

ATOS DO LEGISLATIVO

- Direito de empresa – Alteração do Código Civil.....881

ATOS DOS TRIBUNAIS

- TJ-RJ: Custas – Recurso ao Conselho da Magistratura881

DOCTRINAS

- Alimentos gravídicos – José Carlos Teixeira Giorgis.....880
- Depositário infiel e a prisão por dívida – Prevalência dos pactos e convenções internacionais sobre as legislações infra-constitucionais – Luiz Fernando Gama Pellegrini.....880
- Assédio moral é crime? – Marcelo Di Rezende Bernardes876

ESTUDO DE CASOS

- Recesso forense – Prazos recursais – Confagem.....875
- Adoção póstuma – Pressupostos.....874

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana.....873
- STJ: MP possui legitimidade para ajuizar ação sobre poluição sonora

- STJ: apreciação de questões de ordem pública em embargos infringentes
- CJF: não incide IR sobre benefícios de previdência privada
- CJF: servidor tem 5 anos para ajuizar revisão de aposentadoria
- TJ-RS: interdição parcial de presídio autoriza prisão domiciliar de apenados
- TJ-MT: denúncia caluniosa gera indenização por dano moral
- TJ-MT: sócio de empresa possui legitimidade passiva em ação de improbidade
- TJ-MT: Estado não pode negar fornecimento de nota fiscal por existir débito

Projetos de lei872

- Criação de extrato trimestral de tributos federais
- Defesa do Consumidor aprova endereço obrigatório na internet
- Identificação pelas operadoras do telefone em ligação a cobrar
- Isenção de depósito antecipado de dívida fiscal
- Redução de seguro habitacional para idosos
- Tipificação do crime de fabricar arma sem autorização
- Torna obrigatória divulgação de dados sobre acidente aéreo

Concursos públicos871

- MRE: Oficial de Chancelaria
- TJ-AP: Juiz de Direito Substituto
- TJ-TO: Serviço Notarial e de Registro
- MP-RS: Promotor de Justiça
- DP-SP: Defensor Público
- DP-MA: Defensor Público

SUMÁRIO

ANO XXIV

NOVEMBRO

Nº 11 2008

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

O VETO PRESIDENCIAL E A NECESSIDADE DE OS SINDICATOS PRESTAREM CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (Francisco Ribeiro Mendes)	1235
A INCONSTITUCIONALIDADE DO NOVO ART. 440 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: CRITÉRIOS DE DESEMPATE NO SERVIÇO PÚBLICO, PRINCÍPIO FEDERATIVO E ISONOMIA (Rogério Roberto Gonçalves de Abreu)	1242
A ADOÇÃO DE <i>SOFTWARES</i> LIVRES PELAS DIVERSAS ESFERAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ALGUNS ASPECTOS JURÍDICOS DE UM AMBIENTE DE DISPUTAS ECONÔMICAS (Marcelo Andrade Féres)	1247
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO LEGISLADOR POSITIVO: O CASO DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA (Angela Cristina Pelicoli)	1259
CONCURSO PÚBLICO – Restrição do Art. 21, Parágrafo Único, da LC nº 101/00 – Eventual Nomeação e Posse dos Aprovados no Segundo Semestre de 2008 – Interpretação Sistemática – Inaplicabilidade da Vedação ao Certame – Conformidade à CF, à LDO, à LOA e aos demais Dispositivos da Lei Fiscal – Atendimento aos Princípios da Proporcionalidade e da Continuidade Administrativa (Tribunal de Contas da União)	1276
CONVÊNIO – Construção de Penitenciária – Bangu VI – Superfaturamento – Paralisação da Obra – Assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – Conclusão do Presídio com Recursos Exclusivos do Estado-Membro – Absorção dos Prejuízos – Entrega da Edificação – Inexistência de Dano ao Erário Federal (Tribunal de Contas da União)	1291
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – Professores – Não-Characterização das Hipóteses Definidas no Art. 2º da Lei nº 8.745/93 – Ausência de Autorização Ministerial e de Dotação Orçamentária Específica – Não-Apresentação da Declaração de Bens e Renda – Ilegalidade (Tribunal de Contas da União)	1310
APOSENTADORIA – Tempo de Serviço – Inclusão do Período de Atividade Rural – Ausência de Comprovação do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias – Tempo como Aluno-Aprendiz – Contrariedade aos Requisitos Legais – Negativa de Registro (Tribunal de Contas da União)	1314
ORGANIZAÇÃO SOCIAL – Contratação de Servidores Públicos – Serviços de Consultoria – Vedação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Tribunal de Contas da União)	1318

continua...

REVISTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

DOCTRINA – JURISPRUDÊNCIA

49/50

Porto Alegre
Abril/Agosto – 2007

P64

SUMÁRIO

Apresentação	9
Doutrina:	
Do Acesso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no Juizado Especial Cível – Isaías Blos	13
O Juizado Especial Criminal e a Nova Lei de Tóxicos – Alberto Delgado Neto	21
A Obrigatoriedade da Competência dos Juizados Especiais Cíveis e a Necessidade de sua Melhor Estruturação – Ricardo Torres Hermann	39
Jurisprudência:	
Turmas Recursais Cíveis	49
Turma Recursal Criminal	77
Noticiário	107
Administrativo	147

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Ano V
Número 26

P239

Sumário

Doutrina

1. Fiança e Locação: a Impenhorabilidade Processual do Patrimônio Mínimo Familiar do Feador Locatício
Magno Federici Gomes 5
2. Direitos da(o) Amante na Teoria e na Prática (dos Tribunais)
Pablo Stolze Gagliano 30
3. Arbitragem: Garantias Constitucionais do Processo e Eficácia da Sentença Arbitral
José Rogério Cruz e Tucci 43
4. O Imoral nas Indenizações por Dano Moral
J. J. Calmon de Passos 47
5. Uma Nova Dimensão para o Recurso Especial
Cláudio Fornaciari Júnior 61
6. Para um Novo Direito de Família
Sílvio de Salvo Venosa 64
7. Prescrição da Petição de Herança
Douglas Phillips Freitas 67
8. A Questão de Fato e a Questão de Direito Revistas na Perspectiva da Hermenêutica Filosófica
Karinne Emanoela Goettems dos Santos 70

Em Evidência

1. Honorários de Advogado – Sucumbência Recíproca – Distribuição e Compensação dos Honorários Sucumbenciais
Humberto Theodoro Júnior 89

Doutrina

1. Videoconferência: Além dos Limites da Legalidade
Luiz Flávio Borges D'Urso 5
2. Interrogatório por Videoconferência
Fernando Capez 7
3. Estatuto da Criança e do Adolescente e os Riscos do Esquecimento
Mário Luiz Ramidoff 12
4. Supremo Tribunal Federal e o *Nepotismo Top*
João José Leal e Rodrigo José Leal 18
5. Suspensão do Sigilo das Comunicações Telefônicas e a Portabilidade
Grécio Nogueira Grégio 25
6. O Mito Sobrevivente da Reabilitação: uma Análise à Luz dos Direitos Humanos
César Oliveira de Barros Leal 33

Em Evidência

1. Alterações no Código de Processo Penal: Provas Ilícitas; Sistema da Inadmissibilidade; Lei nº 11.690/2008
Luiz Flávio Gomes 44
2. Alterações no Código de Processo Penal: Procedimentos; Interpretação dos Artigos 394, § 4º, 396, *Caput*, e 399 do CPP, com a Redação da Lei nº 11.719/2008
Renato Marcão 46
3. Alterações no Código de Processo Penal: Aspectos da Reforma do Tribunal do Júri
José Henrique Pierangeli 57
4. Alterações no Código de Processo Penal: Provas
Rômulo de Andrade Moreira 76

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Descaminho. Critérios de Ordem Objetiva. Princípio da Insignificância. Aplicabilidade
Rel.ª Min.ª Ellen Gracie 100
2. Superior Tribunal de Justiça – Princípio da Subsidiariedade. Inadmissibilidade de Conduta Diversa nos Âmbitos Administrativo e Penal
Rel.ª Des.ª Conv. Jane Silva 106
3. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Utilização de Algemas em Desacordo com a Súmula Vinculante STF nº 11. Trancamento de Inquérito Policial. Inadmissibilidade
Rel. Des. Fed. Mário César Ribeiro 112
4. Tribunal de Justiça do Ceará – Tribunal do Júri. Reconhecimento de Elemento Surpresa em Discordância com o Cotejo Probatório. Decisão Anulada
Rel. Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque 119
5. Tribunal de Justiça de Goiás – Acidente de Trânsito. Morte. Possibilidade de Consideração do Comportamento da Vítima. Embriaguez. Absolvição Decretada
Rel. Des. Paulo Teles 122
6. Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Réu que Alega Constrangimento Ilegal por Ter que Sentar-se no Banco dos Réus. Regra Prática não Modificada. Ordem Denegada
Rel. p/o Ac. Des. Edíwal José de Moraes 130
7. Tribunal de Justiça do Paraná – Lei Maria da Penha. Lesão Corporal e Ameaça. Flagrante. Liberdade Mediante Fiança
Rel. Juiz Conv. Mário Helton Jorge 136

Profili Generali Della Responsabilità Degli Enti Dipendente da Reato <i>Luigi Domenico Cerqua</i>	7
A evolução das Reformas do Regimento Interno no Parlamento Italiano (1946-2003) <i>Paolo Ricci</i>	57
Legitimidade do Direito Penal no Estado Democrático de Direito <i>Fernando A. N. Galvão da Rocha</i>	99
Direito Penal, Processo e Constituição <i>José Cirilo De Vargas</i>	129
A Constituição Entre o Direito e a Política: uma reflexão sobre o sentido performativo do projeto constituinte do estado democrático de direito no marco da teoria do discurso de Jürgen Habermas <i>Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira</i>	155
Globalização e Estado no Século XXI <i>Antonio Celso Baeta Minhoto</i>	185
Ordem e Caráter: Aproximação Aristotélica da Crise de Legitimidade e Efetividade do Direito <i>Nuno Manuel Morgadinho Dos Santos Coelho</i>	241
A Centralidade do Trabalho Digno na Vida Pós-Moderna <i>Gabriela Neves Delgado</i>	271
Reforma da Execução de Título Extrajudicial e Direito Intertemporal Processual <i>José Marcos Rodrigues Vieira</i>	303

Revista dos Juizados Especiais

Doutrina e Jurisprudência

Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e dos Territórios

P117

Ano XII – Número XXIV – Jan./Jun. 2008

DOCTRINA

ONEROSIDADE EXCESSIVA NA RELAÇÃO DE CONSUMO

RITA DE CÁSSIA BARROS GUÍA PORTELA

DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

Nº 76 - 2008
jul/ago/set

SUMÁRIO

• DOCTRINA	
O Novo Tribunal do Júri e sua Organização	
JOSÉ LISBOA DA GAMA MALCHER	11
Vinte Anos da Constituição de 1988: Qual Constituição?	
NAGIB SLAIBI FILHO.....	41
Alimentos Gravídicos?	
MARIA BERENICE DIAS	44
Neoconstitucionalismo e Teoria da Interpretação	
EDUARDO RIBEIRO MOREIRA.....	47
• JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	65
• JURISPRUDÊNCIA TEMÁTICA - VINTE ANOS DE CONSTITUIÇÃO – EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	79
• JURISPRUDÊNCIA CÍVEL	109
• JURISPRUDÊNCIA CRIMINAL	301
• NOTAS E COMENTÁRIOS	389
Boas Obras	389
• SÚMULAS DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	395
ÍNDICE ALFABÉTICO DAS SÚMULAS	396
• ÍNDICE DE DOCTRINAS E ACÓRDÃOS POR ASSUNTO	429
• ÍNDICE DE ACÓRDÃOS POR RELATOR	447

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Cível

- 11 Athos Gusmão Carneiro
(O Princípio Sententia Habet Paratam Executionem e a Multa do Artigo 475-J do CPC)
- 27 Fredie Didier Jr.
(Revisão do Conceito de Interesse Jurídico que Autoriza a Assistência Simples: Intervenção para Colaborar com a Criação de Precedente Judicial. Análise de Recente Decisão do STF)
- 31 Giselle Câmara Groeninga
(Guarda Compartilhada – Considerações Interdisciplinares)
- 39 Rolf Madaleno
(A Companhia de Capital Fechado no Direito de Família)
- 61 João Francisco Naves da Fonseca
(Assistência e Coisa Julgada)
- 73 Daniel Ustároz
(Amicus Curiae: Um Regalo para a Cidadania Presente)

Doutrina Penal

- 99 Cláudio da Silva Leiria
(Ligeiras Observações Sobre a Im(p)unidade Penal nos Crimes Contra o Patrimônio)
- 111 Geder Luiz Rocha Gomes
(O Conflito Entre a Defesa Social e o Respeito às Garantias Fundamentais)

Revista de DIREITO DO CONSUMIDOR

Ano 17 • n. 67 • jul.-set./ 2008

P68

Sumário

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Causa e responsabilidade nos contratos de turismo
Adalberto Pasqualotto 9
2. As práticas abusivas dos financiamentos ditos *sem juros* e o valor do dinheiro no tempo: um diálogo entre as ciências do direito e da matemática financeira
Adriana Fileto Couto e Silva de Oliveira e Marcos Tofani Baer Bahia 34
3. Lei de Planos de Saúde (Lei 9.656/98): dez anos depois
Amanda Flávio de Oliveira 50
4. O fundo de defesa de direitos difusos
Arthur Badin 62
5. Oferta automatizada
Cristina Stringari Pasqual 100
6. Algumas considerações sobre o direito fundamental à proteção e promoção da saúde aos 20 anos da Constituição Federal de 1988
Ingo Wolfgang Sarlet e Mariana Filchtiner Figueiredo 125
7. O negócio jurídico e sua interpretação
Marcos Cáprio Fonseca Soares 173
8. O consumidor consciente: liberdade de escolha e segurança
Marta Britto de Azevedo 197
9. Proteção dos dados pessoais e comércio eletrônico: os desafios do século XXI
Têmis Limberger 215

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Primeras consideraciones sobre los alcances de la reforma a la Ley de Defensa del Consumidor, con especial referencia a la materia contractual
Carlos A. Hernández e Sandra A. Frustagli 243
2. Direito internacional europeu de proteção ao consumidor. Desenvolvimento e estado: um panorama atual
Peter Mankowski 266



Boletim Científico

Escola Superior do Ministério Público da União

P196

Ano 6 – Números 24/25 – julho/dezembro 2007
Brasília/DF

Seção I – Direitos Humanos

Dignidade humana da criança e do adolescente e as relações de trabalho	
<i>Ronaldo Lima dos Santos</i>	11

Seção II – Interesses Difusos e Coletivos

Os efeitos processuais da audiência pública	
<i>Antonio Cabral</i>	41

Área circundante, zona de amortecimento e a Lei n. 9.882/2000	
<i>Fernando Aguiar</i>	67

O <i>periculum in mora</i> nas medidas cautelares patrimoniais da Lei de Improbidade Administrativa	
<i>Luciano Rolim</i>	75

É inconstitucional a exigência do depósito da multa aplicada por infração à lei trabalhista?	
<i>Tereza Aparecida Asta Gemignani</i>	99

Aspectos polêmicos acerca da criação e implantação de unidades de conservação	
<i>Duciran Van Marsen Farena</i>	123

Seção III – Direito Penal e Liberdades Constitucionais

Ensaio sobre uma teoria geral dos atos de comunicação no processo penal brasileiro à luz da teoria da ação comunicativa habermasiana	
<i>Bernardo Montalvão Varjão de Azevedo</i>	153

Seção IV – Ordem Pública e Relações Jurídicas Privadas

A intervenção do Ministério Público no processo falimentar e de recuperação de empresas	
<i>Pedro Thomé de A. Neto e Andréa Bernardes de Carvalho</i>	175

Seção V – Temas Atuais

O trabalho escravo, ainda perto de nós?	
<i>Denise Moreira Prates</i>	195

Denúncia do Vêto 1907 da Gol	
<i>Thiago Lemos de Andrade e Gustavo de Carvalho Fonseca</i>	213